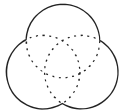
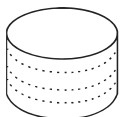


Visão geral

**Transparência:****30** /100

(Pontuação no Índice do Orçamento Aberto)

**Participação Pública:****7** /100**Fiscalização do Orçamento:****33** /100

Sobre o inquérito

As decisões orçamentárias do governo – quais impostos cobrar, quais serviços fornecer e quanta dívida assumir – têm consequências importantes para todas as pessoas da sociedade. Quando os governos fornecerem informações e canais significativos para o público se engajar nessas decisões, podemos garantir melhor que o dinheiro público é gasto em ações voltada ao interesse público

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento global de pesquisa independente, comparativo e baseado em evidências que usa critérios internacionalmente aceitos para avaliar o acesso público às informações orçamentárias do governo central; oportunidades formais para o público participar do processo orçamentário nacional; e o papel das instituições de supervisão orçamentária, como legislaturas e entidades nacionais de auditoria, no processo orçamentário.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e conferir junto a seu governo a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 8ª edição do IOA abrange 120 países.

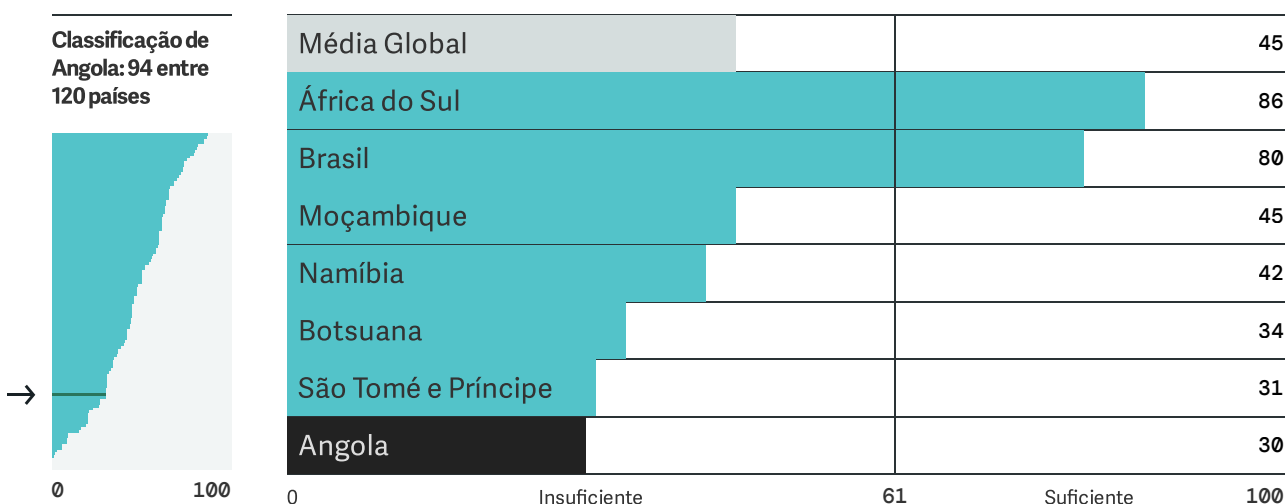
Visita www.internationalbudget.org/open-budget-survey para obter mais informações, incluindo a metodologia OBS completa, os relatórios globais e regionais de 2021, as descobertas de todos os países pesquisados e o Data Explorer.

Transparência

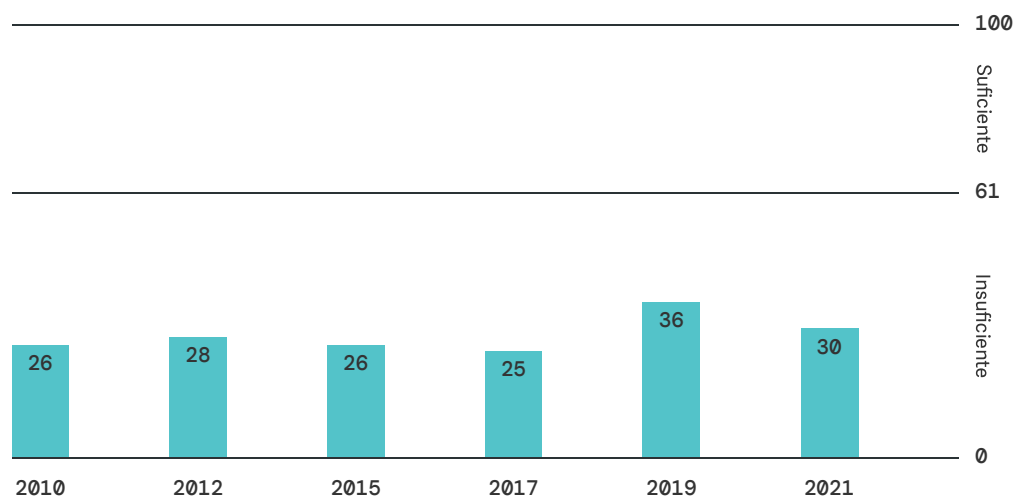
Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a **disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência** de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. **Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.**

Angola tem uma pontuação em transparência de 30 (sobre 100).

Transparência de Angola em comparação a outros



Como evoluiu a pontuação em transparência de Angola ao longo do tempo?



Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Angola

KEY

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- ⊘ Não Foi Produzido

Documento	2010	2012	2015	2017	2019	2021
Declaração Pré-Orçamental	●	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●	●
Orçamento Cidadão	⊘	⊘	●	●	●	●
Relatórios Durante o Ano	●	●	●	●	●	●
Revisão Semestral	⊘	●	●	⊘	⊘	⊘
Relatório de Fim de Ano	●	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	●	⊘	●	⊘	●	●

Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Angola disponibiliza ao público?

KEY	
●	61-100 / 100
●	41-60 / 100
●	1-40 / 100

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2021	Não produzido
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2021	38
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2021	78
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2020	50
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2020	Publicado com Atraso
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2020	Não produzido
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2019	38
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2018	Uso Interno

Angola: A pontuação no quesito transparência de **30** no IOA de 2021 é moderadamente mais baixa de sua pontuação em 2019.

O que mudou em 2021?

Angola reduziu a disponibilidade de informações orçamentárias ao:

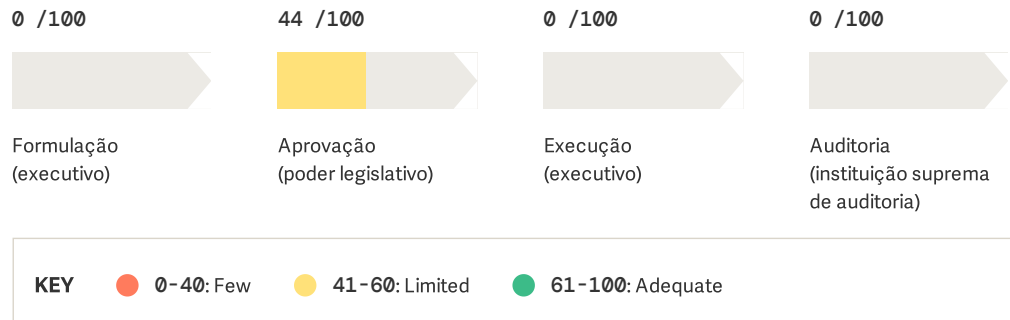
- Não produzir Relatórios Durante o Ano por via eletrônica em tempo hábil.

Recomendações

Angola deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

- Publicar Relatórios Durante o Ano e Relatório do Auditoria por via eletrônica em tempo hábil.
- Produzir e publicar Declaração Pré-Orçamental e Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil.
- Incluir informações adicionais na Proposta de Orçamento do Executivo, por exemplo, sobre estimativas de despesas e receitas para um período plurianual e exercícios fiscais anteriores; sobre a composição da dívida total pendente no final do exercício fiscal; e sobre novas propostas de políticas, fundos extraorçamentais, passivos contingentes e futuros, gastos tributários e dados não financeiros sobre insumos e resultados.
- Incluir informações adicionais no Relatório de Fim de Ano (Conta Geral do Estado), por exemplo sobre fontes específicas de receita, a composição da dívida, e a precisão das projeções macroeconômicas originais.

Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



Recomendações

Para reforçar a participação pública no processo orçamental de Angola, o Ministério das Finanças deveria priorizar as seguintes ações:

- Implantar mecanismos para o público e as organizações da sociedade civil participarem na formulação do orçamento, com a divulgação de informações sobre como as contribuições dos participantes foram consideradas na proposta de orçamento.
- Mecanismos piloto para os cidadãos participarem na execução do orçamento.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O Assembleia Nacional de Angola realiza audiências públicas relativas à aprovação do orçamento anual, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil exponha durante as audiências sobre a proposta de orçamento antes de sua aprovação, com a publicação de um relatório sobre as contribuições recebidas.
- Permitir que membros do público ou organizações da sociedade civil exponham durante suas audiências sobre o Relatório de Auditoria.

O Tribunal de Contas de Angola deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

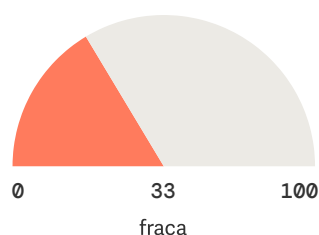
- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

Fiscalização do Orçamento

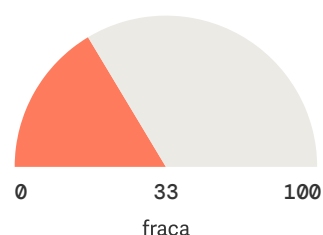
O IOA examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Angola, juntos, fazem uma fiscalização fraca durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **33** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

Fiscalização pelo legislativo



Fiscalização pela instituição de auditoria



KEY ● 0-40: Few ● 41-60: Limited ● 61-100: Adequate

Recomendações

O Assembleia Nacional de Angola oferece uma fiscalização limitada durante a etapa de planeamento no ciclo orçamental e uma fiscalização fraca durante a etapa de execução. Para melhorar a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- O poder legislativo deve debater a política orçamental antes do envio da Proposta de Orçamento do Executivo, e aprovar recomendações para o próximo orçamento.

- Comissões legislativas devem examinar a Proposta de Orçamento do Executivo e publicar por via eletrônica relatórios com sua análise dela.
- Uma comissão legislativa deveria examinar a execução orçamental durante o ano e publicar por via eletrônica relatórios com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo transfira recursos entre unidades administrativas especificadas no Orçamento Promulgado durante o exercício fiscal ou gaste qualquer receita imprevista.
- Uma comissão do poder legislativo deveria examinar o Relatório de Auditoria e publicar por via eletrônica um relatório com suas conclusões.

Para fortalecer a independência e melhorar a fiscalização da Tribunal de Contas do Angola, as seguintes ações são recomendadas:

- Obter a aprovação legislativa ou judicial para indicar o seu dirigente.
- Garantir a disponibilidade de financiamento suficiente para desempenhar suas tarefas institucionais, conforme determinação de uma entidade independente (ex., poder legislativo ou judiciário).
- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes

Angola não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

**Estes indicadores *não* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

Metodologia

- O IOA de 2021 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2020.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento

Sergio Zeferino de Assis Calundungo

Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)

Paceta Farinha Leitão nº27, Luanda, Angola

scalundungo@googlemail.com

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente e, no caso de Angola, por um representante do Ministério das Finanças.